

2022



PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL: HUMANIZAÇÃO, INOVAÇÃO E ASSISTÊNCIA

*Daniel Louzada-Silva, UnDF, daniel.louzada@undf.edu.br
Kleyne Cristina Dornelas de Souza, UnDF, kleyne.dornelas@undf.edu.br
Michelle Guitton Cotta, UnDF, michelle.cotta@undf.edu.br
Andyara da Gama Wolney, UnDF, andyara.wolney@undf.edu.br
Letícia de Souza Santos, UnDF, leticia.ssantos@undf.edu.br*

Resumo.

A Universidade do Distrito Federal (UnDF) foi criada em 2021 como instituição de ensino superior pública e teve sua estrutura definida no início de 2022. No momento, estão sendo estruturados os programas pedagógicos de novos cursos de pedagogia e engenharia e já foi publicado o edital do concurso público para contratação de 250 professores e 100 tutores, que atenderão aos discentes dos cursos novos e dos já existentes. Os cursos oferecidos pelas escolas superiores privilegiam metodologias ativas e inovadoras que promovam a facilitação do processo de aprendizagem por meio do estímulo a autonomia crescente dos discentes no processo de construção do conhecimento e na problematização dos saberes, com destaque para a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), o que exige formação contínua dos professores e tutores e a produção de material didático específico. As escolas têm históricos de permanência e assistência estudantil próprios e um dos desafios para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a permanência dos estudantes é unificar investigações sistematizadas, com foco no levantamento de dados e informações, de maneira a desenvolver ações específicas de curto, médio e longo prazos, voltados para os diversos públicos-alvo das escolas, que estão distribuídos em diferentes cursos e campi. Nesse artigo, exploramos os dados disponíveis sobre ingresso, permanência e evasão nas universidades brasileiras no período imediatamente anterior à pandemia de covid-19 até o presente, valendo-nos também de dados primários para as escolas de ensino médio do Distrito Federal. Tratamos da assistência estudantil na universidade a partir do viés da permanência dos estudantes, da construção de um ambiente humanizado e da preparação da instituição para desafios já diagnosticados e a possibilidade de situações inéditas. Neste sentido, as necessidades decorrentes de formação deficitária também merecem atenção, cabendo a cada curso, de modo propositivo, estabelecer parâmetros próprios de intervenção, voltados para a permanência, a assistência estudantil, a diversidade, a inclusão, a cultura da paz e os direitos humanos. Para tanto, leva-se em consideração as necessidades imediatas e inadiáveis da instituição, somadas ao reconhecimento de que, em curto espaço de tempo, novos sujeitos, docentes e discentes, farão parte da comunidade acadêmica, somando-se aos que atualmente estudam e trabalham na UnDF, e que terão, certamente, novas demandas e contribuições a oferecer.

Palavras-chaves: Permanência estudantil, Inclusão, Inovação, Metodologias Ativas, Humanização

2022



1. Introdução

A Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF) foi criada em 2021, como instituição de ensino superior pública, por meio da Lei Complementar 987/21 e teve sua estrutura definida no início de 2022. A UnDF estava prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1992, e foi também recepcionada pelo Plano Distrital de Educação, em 2015. Ao ser criada, a UnDF incorporou as três escolas distritais de ensino superior já existentes no Distrito Federal: a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), que oferece cursos de medicina e enfermagem, o primeiro desde 2002; a Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), que oferece formação inicial e continuada a policiais civis, e; a Escola Superior de Gestão (ESG), que atende aos servidores dos diversos setores da administração pública distrital, também em formação inicial e continuada. Duas novas escolas foram criadas e deverão receber suas primeiras turmas em 2023 e 2024, respectivamente: a Escola de Educação, Magistério e Artes (EEMA), e a Escola Superior de Engenharia, Tecnologia e Inovação (ESETI).

O financiamento da UnDF conta com o Fundo da Universidade do Distrito Federal (FunDF), com dotação orçamentária mínima atrelada à Receita Corrente Líquida do Distrito Federal, nos termos do artigo 240-A da Lei Orgânica do Distrito Federal. A dotação mínima de valores obedecerá às seguintes alíquotas dessa Receita, previstas no Art. 2º do Decreto nº 42.987/2022: 0,08%, em 2022; 0,15%, em 2023; 0,2%, em 2024; 0,3%, em 2025, e; 0,08%, a partir de 2026.

O ano de 2022 trouxe, além de avanços importantes na implantação da UnDF, novos desafios para a construção de um ambiente marcado pela inovação e pela humanização, sendo a permanência dos estudantes nos cursos uma prioridade. Nesse artigo, discutimos as bases da organização institucional voltada para a permanência estudantil nos novos cursos a serem oferecidos a partir de 2023, Pedagogia; Letras; Gestão Ambiental, e; quatro cursos na área de engenharia da computação. Esses cursos ocuparão espaços físicos distintos dos cursos atualmente existentes e terão professores contratados por concurso público, o qual teve início no segundo semestre de 2022. Sendo assim, os estudantes selecionados para esses cursos estarão em um ambiente físico e de relações interpessoais que ainda estão em formação. Esse é um primeiro desafio a ser enfrentado, qual seja, criar uma política de permanência que antecede a presença dos estudantes e que será executada, pelo menos em parte, por profissionais que ainda não foram selecionados. Tal política passa, necessariamente, por ações de assistência aos estudantes, havendo no organograma da universidade um setor específico para o desenvolvimento dessas ações, a Diretoria de Assistência Estudantil e Humanização (DIAE). A elaboração e implementação da política de humanização cabe à Ouvidoria da UnDF, em conjunto com a DIAE.

A estruturação de uma política de assistência estudantil e humanização se dá, portanto, em um cenário de atendimento a estudantes de cursos já consolidados e de cursos que serão ainda implantados. Isto exigirá o diagnóstico periódico das condições socioeconômicas dos estudantes dos cursos novos e dos já existentes, e a definição imediata de critérios e parâmetros de acesso à assistência estudantil e de acompanhamento da efetividade dessas políticas por meio de indicadores.

A metodologia de trabalho utilizada envolveu um levantamento amplo da legislação que rege a assistência estudantil nos diversos níveis de oferta de ensino superior, bem como dos instrumentos regulatórios adotados por outras Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Utilizamos o Mapa

2022



do Ensino Superior no Brasil, 12ª edição, de 2022, para traçar o perfil dos estudantes em nível nacional e, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021, para identificar as necessidades do público de ensino médio e superior do Distrito Federal, além de outros indicadores.

Assim, a partir deste ponto, apresentamos neste texto um retrato da educação superior no Brasil e no Distrito Federal, correlacionando os dados, quando possível, com a política em desenvolvimento na UnDF. A seguir, o texto propõe um diálogo entre a proposta de assistência estudantil e humanização da UnDF e a literatura disponível, tendo como referencial a permanência e o êxito estudantil, seguido de breves considerações finais.

Um retrato da Educação Superior no Brasil

A implantação de novos cursos na UnDF em 2022 acontece em um cenário fortemente marcado pela pandemia de covid-19 e pela crise de investimentos em educação, cultura e ciência em nível nacional. Para traçarmos um perfil da educação superior brasileira em 2022, tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas como privadas, utilizamos o *Mapa do Ensino Superior no Brasil*, 12ª edição, de 2022, produzido pelo Instituto do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) (<https://www.semesp.org.br/instituto/>). O *Mapa* relaciona dados do *Censo da Educação Superior* produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes a 2019 com dados do IBGE, microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), entre outros (SEMESP, 2022). Para os dados do Distrito Federal, consultou-se a *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios* (PDAD) 2021 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

De acordo com o *Mapa do Ensino Superior do Brasil*, a taxa de escolarização líquida do país voltou a cair. As matrículas presenciais caíram 3,8% em 2019 e voltaram a cair em 2020, chegando a uma queda acumulada de 9,4%. Ao mesmo tempo, houve um crescimento no número de matrículas na modalidade Educação a Distância (EAD) de 7,7 pontos percentuais, em 2019, saltando para um acumulado de 26,8%, em 2020 (Brasil, 2018; SEMESP, 2022).

A queda no número de jovens ingressando no ensino superior afeta diretamente a taxa de escolarização líquida [que mede a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior em relação à população dessa faixa etária]. Em 2020, a taxa registrou uma queda de 0,3 pontos percentuais e chegou aos 17,8%. Por outro lado, o crescimento da EAD ocorre em um público entre 29 e 44 anos, mais velho que aquele que termina o ensino médio, e que já está inserido no mercado de trabalho. A taxa de escolarização líquida para o ensino superior proposta pelo Plano Nacional de Educação é de 33% em 2024, mas, como visto, esta se mantém em queda (Brasil, 2014; SEMESP, 2022).

No que se refere à distribuição de matrículas por cor/raça, as IES privadas registaram um aumento de 1,4 ponto percentual de estudantes da raça negra de 2013 para 2020. Na rede pública, esse crescimento foi um pouco maior, 2,3 pontos percentuais, podendo esse resultado ser atribuído à Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). As principais dificuldades mencionadas pelas IES na captação de novos estudantes no 1º semestre de 2021 foram a redução na renda familiar, a incerteza sobre a volta das aulas

2022



presenciais e o desemprego (SEMESP, 2022). Isto gerou um quadro de elevado número de jovens que não ingressam no ensino superior em função da evasão durante o ensino médio.

No Distrito Federal, um recorte interessante evidenciado pela *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios* (PDAD) 2021, diz respeito a uma parcela da população que está compreendida na faixa-etária entre 18 e 29 anos que não estuda e não trabalha, os chamados “nem-nem”. Segundo o estudo, eles representam 31,1% do total de pessoas em idade ativa para o trabalho e ensino superior, correspondendo a 181.619 jovens do Distrito Federal, um público potencial para o ensino superior ou projetos de extensão da UnDF (CODEPLAN, 2022). Afonso (2018), em seu estudo sobre mulheres jovens que não trabalham e não estudam, em três regiões administrativas periféricas do Distrito Federal, aponta, a partir das suas narrativas, que elas acreditam que apenas a educação formal ou informal pode alterar a condição em que se encontram. Por isso, a UnDF tem trabalhado para construir uma oferta educacional diferenciada e inovadora, com o uso de metodologias ativas e com um trabalho articulado da assistência estudantil e Ouvidoria na política de humanização, procurando alcançar essas realidades, a fim de promover o pertencimento e aproximação da universidade com os grupos socialmente excluídos.

Considerando o acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior, o número de inscrições no ENEM em 2021 sofreu uma redução significativa de 40,4%, em comparação com o período anterior. Uma das causas da diminuição foi a decisão do Governo Federal de impedir a isenção da taxa de inscrição dos faltosos do ano anterior, números fortemente afetados por um alto índice de ausências em virtude da pandemia de covid-19 (Brasil, 2018; SEMESP, 2022).

No que diz respeito aos concluintes em cursos presenciais, 78,8% dos estudantes que concluíram um curso presencial em 2020 eram de IES privadas. De 2019 para 2020, o número de concluintes de cursos presenciais caiu 6,0%, sendo 0,4% nas IES privadas e 22,1% na rede pública. A queda nas IES públicas foi mais acentuada em virtude da demora em adotar aulas remotas emergenciais durante a pandemia de covid-19 e pode ter sido influenciada pela condição socioeconômica de parte dos estudantes (Brasil, 2018; SEMESP, 2022).

Sobre a evasão, um recorte para a área de Saúde permite observar a complexidade do desafio, que tem aqui forte componente de gênero. Em 2020, 24,8% das matrículas trancadas em cursos presenciais e 10,1% dos cursos de EAD foram de estudantes da área da Saúde, com quase a totalidade correspondendo a IES privadas. De 2019 para 2020, houve um salto de 78,7% no total de trancamentos em cursos EAD. Ainda nesse campo, 73,2% das estudantes são mulheres, enquanto nas demais áreas de conhecimento esse percentual é de 52,8% (Brasil, 2018; SEMESP, 2022).

2. Tratando a permanência estudantil

De acordo com o INEP, o conceito de evasão e abandono são distintos (Brasil, 2017). O primeiro se refere ao estudante que deixa a instituição educacional e não retorna. O segundo implica no estudante que sai da escola em um determinado período e retorna. Trabalhar a permanência com os estudantes que ingressam no ensino superior é de extrema importância, tendo em vista que, segundo estudo realizado por Chagas (2019) sobre a permanência de estudantes na Universidade de Brasília, verificou-se que reprovações que ocorrem até o segundo ano de trajetória acadêmica exercem uma

2022



grande influência para a desistência do curso entre os recém-ingressados. Esse dado sinaliza a importância de compreender e acompanhar de forma acolhedora e humanizada essa fase de adaptação do estudante, bem como, a importância de políticas endereçadas às questões acadêmicas para esses educandos por meio da assistência estudantil.

Dados recentes do quantitativo de matrículas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), disponíveis no sistema I-educar, contabilizou em maio de 2022, um total de 23.557 estudantes no 3º ano do ensino médio. Esse quantitativo representa estudantes em potencial que poderão ser atendidos pela UnDF. Desse total, 59% encontram-se matriculados em regiões administrativas distantes dos campi universitários. Esses dados apontam a importância da política de assistência estudantil e humanização para o acolhimento e permanência dos educandos residentes em regiões administrativas mais afastadas, com ênfase para ações voltadas para transporte e alimentação.

A assistência estudantil tem um papel preponderante na permanência dos educandos e exige ações diversificadas. Silva Filho, Montejunas, Hipólito e Lobo (2007) apontam em seu estudo que a principal causa da evasão é a falta de recursos financeiros; já Silva (2016) sinaliza a importância das monitorias para contribuir na permanência estudantil; Assunção, Pereira e Fonseca (2012), reforçam a necessidade de cursos de nivelamento para estudantes que ingressam nas IES; Kampff, Ramirez e Amorim (2018) destacam a importância das atividades de iniciação científica e de práticas profissionais para engajamento dos estudantes nas IES, que devem buscar oferecer currículos flexíveis para a superação de dificuldades de aprendizagem e para o atendimento de necessidades específicas.

Isso posto, é salutar atuar na garantia da permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora na universidade, dado que o acesso pode ser parcialmente contemplado com a adoção das cotas por meio de ações afirmativas. Conforme estabelecido na *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI* que orienta em seu artigo 3º, alínea d:

Deve-se facilitar o acesso à educação superior dos membros de grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiência, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações (UNESCO, 1999. p. 03).

Diante disso, a assistência deve ser desenhada frente ao perfil estudantil que se constitui a partir das ações afirmativas e pensado para os educandos com deficiência nas universidades. De 2017 para 2018, o número de estudantes com deficiência matriculados nas universidades por meio da reserva de vagas cresceu mais de 70%, de acordo com o *Censo da Educação Superior* (Brasil, 2018). Assim, elucidar os mecanismos de exclusão educacional que esses estudantes vivenciam e trabalhar no enfrentamento de processos discriminatórios, bem como, na garantia da acessibilidade e inclusão, constitui um desafio da assistência estudantil em parceria com a Ouvidoria, que propõem uma política de humanização na instituição que promova o pertencimento a todos os estudantes.

2022



No que concerne à política de permanência estudantil da UnDF e considerando os cursos já implantados e vinculados à ESCS, medicina e enfermagem foi concedida uma bolsa permanência no valor de R\$ 528,54 (quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos) aos estudantes que tiveram acesso pelo sistema de cotas e com renda familiar per capita inferior a R\$2.000,00. No entanto, os parâmetros utilizados pela ESCS para a concessão do benefício em pecúnia, ainda não estão totalmente alinhados com o Regimento da UnDF aprovado em 2022, o que será atualizado.

É fato que a formação crítica conscientizadora não compete apenas a Assistência Estudantil e Ouvidoria que atuarão na política de humanização. Mas, esse espaço deve ser referência aos estudantes para manifestações e articulação de políticas afirmativas e inclusivas. Essa discussão de forma coletiva entre a comunidade universitária e a sociedade contribuirá para a elaboração de políticas diferenciadas de acesso e permanência no ensino superior de forma a ampliar a equidade de chances educacionais entre indivíduos de diferentes classes sociais.

A UnDF entende que a promoção da equidade deve estar atrelada a uma política de humanização voltada para o acolhimento, a amorosidade e o afeto, este pensado em seu sentido etimológico, de afetar, e gerar o sentimento de empatia de forma a cada um se sentir afetado e responsável pelo outro. O espaço universitário da UnDF, locus de formação, tem o intuito de proporcionar aos educandos a essência do verbo formar que expressa a ideia de: constituir, compor, reunir, agrupar, criar, desenvolver, imaginar, ensinar, educar, gerar. E nesse processo de formar-se, constituir-se e humanizar-se o próprio verbo que se faz reflexivo indica que ação parte do próprio sujeito. Assim, uma educação humanizada no ensino superior, em particular na UnDF, não é apenas um processo institucional e instrucional, mas, um investimento formativo do humano, possibilitando a cada indivíduo, na busca de si e do outro a capacidade de auto conduzir o seu processo de transformação, de ser mais, atrelado a uma proposta inovadora de metodologias ativas.

Essas metodologias vêm sendo empregadas na ESCS, na ESG e na ESPC com sucesso, mas sua aplicação não está imune a críticas e resistências, como relatam Rodrigues, França, Amaral, Santos e Almeida (2020) ao avaliar um curso com metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas nesta última escola. Por outro lado, Nascimento, Nascimento, Bruschi, Santos e Spagnolo (2021) realizaram estudo que envolveu 111 estudantes de diferentes cursos de graduação em uma universidade comunitária no Rio Grande do Sul, constatando que conhecer a percepção dos estudantes acerca do que consideram relevante em sua aprendizagem é importante para sua formação profissional e impacta o desenvolvimento e o crescimento social e econômico. No que diz respeito às escolhas pedagógicas, os autores afirmam que “as estratégias didático-pedagógicas que envolvem os estudantes em todo o processo de ensino e aprendizagem, podem diminuir o abandono na medida em que são protagonistas na construção de seus saberes, a partir da responsabilidade social”, potencializando por meio das metodologias ativas processos de ensino e aprendizagem mais significativos, ativando “suas capacidades cognitivas e estimularam a criatividade, promovendo, dessa forma, maior engajamento e a permanência dos estudantes nas graduações” (Nascimento et al., 2011).

No que concerne ainda à inovação, a política de assistência estudantil e Humanização da UnDF está em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, assim, colabora para assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade de modo a promover oportunidades de aprendizagem para todas e todos.

2022



Ademais, promover o bem-estar e assegurar uma vida saudável é de suma importância para que os estudantes possam atingir seus objetivos de aprendizagem na universidade com êxito.

3. Considerações finais

A UnDF surge com uma universidade pública, gratuita, voltada para a oferta de cursos que utilizam metodologias inovadoras em um momento de forte retração no investimento público em educação superior, cultura e pesquisa em nível nacional. No Distrito Federal, a restrição orçamentária poderá ser amenizada devido ao FunDF, que vincula o orçamento da UnDF à Receita Corrente Líquida do Distrito Federal. A universidade está vocacionada a receber de maneira preferencial estudantes das escolas públicas que são os mais atingidos pela crise, muitas vezes interrompendo os estudos ao mesmo tempo em que não conseguem emprego. Avançar no sentido de recepcionar o estudante de escolas públicas exige uma política de assistência estudantil sólida e bem dimensionada, capaz de maximizar recursos humanos e financeiros atuando com criatividade e eficiência.

Além de uma conjuntura política e econômica restritivas à expansão da oferta de educação superior pública e gratuita, a UnDF estrutura-se em um momento de fortes incertezas em função dos efeitos da covid-19, em particular no que diz respeito à interrupção da atividade escolar nas escolas públicas em 2020 e 2022. Esse quadro, ainda por ser avaliado, traz, certamente, desafios desconhecidos até aqui pelas IES. À medida que os novos estudantes ingressarem, será necessário um minucioso estudo diagnóstico das condições socioeconômicas e das necessidades dos discentes, tanto do ponto de vista de suporte financeiro, como acadêmico. Da mesma forma, deve buscar-se identificar eventuais necessidades de suporte socioemocional, antecipando, sempre que possível, as intervenções necessárias. Parece-nos certo que os desafios para a permanência estudantil nos próximos anos irão reunir todo um conjunto de situações já conhecidas e outras ainda inéditas.

Caberá a cada curso, de modo propositivo, estabelecer parâmetros próprios de intervenção, voltados para a permanência, a assistência estudantil, a diversidade, a inclusão, a cultura da paz e os direitos humanos. Do ponto de vista da instituição, deve-se levar em consideração suas necessidades imediatas e inadiáveis, próprias do processo de implantação. Do ponto de vista humano, deve-se reconhecer que, em curto espaço de tempo, novos sujeitos, docentes e discentes, farão parte da comunidade acadêmica, somando-se aos que atualmente estudam e trabalham na UnDF, e que terão, certamente, novas demandas e contribuições a oferecer.

Referências

- Afonso, I., (2018). Nem trabalha e nem estuda? desigualdade de gênero e raça na trajetória das jovens da periferia de Brasília. Ed. Appris.
- Assunção, A., Pereira, M., & Fonseca, M (2012). Uma Análise Exploratória Comparativa do Desempenho Acadêmico nas Disciplinas Básicas em um Curso de Engenharia. Anais do XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. ITEC/UFPA.
- Brasil (2014). Plano Nacional de Educação 2014-2024. Câmara dos Deputados.
- Brasil (2017). Metodologia de Cálculo dos indicadores de Fluxo da educação superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- Brasil (2018). Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- Chagas, T. M. (2019). Análise da evasão dos alunos dos cursos da UnB: um estudo no âmbito da graduação. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.

2022



CODEPLAN (2022). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio 2021 - PDAD. CODEPLAN.

Kampff, A. J. C., Ramirez, R. E., & Amorim, L. R. (2018). A universidade enquanto (não)lugar: reflexões sobre fatores de engajamento e lugarização de estudantes. *Educação por Escrito* 9(2), 347-360.

Nascimento, S., Nascimento, L. M., Bruschi, G. F. J., Santos, B. S., & Spagnolo, C. (2021). Processo de aprendizagem na sala de aula e a permanência na educação superior: percepção de estudantes sobre o uso de metodologias ativas como estratégias curriculares. *Congressos CLABES*. <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/3385/4093>.

Rodrigues, S.G., França, F.C.V., Amaral, M.A., Santos, R.G.B., & Almeida, M. S. (2020). Formação de formadores em Aprendizagem Baseada em Problemas: experiência da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal. *REBESP* 13(2), 154-166.

SEMESP (2022). Mapa do Ensino Superior no Brasil (12a ed.). <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-12/>.

Silva Filho, R. L., Montejunas, P. R., Hipólito, O. , & Lobo, M. B. C. M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa* 37 (132), 641–659.

Silva, F. C. (2016). O Desempenho Acadêmico e o Fenômeno da Evasão em Cursos de Graduação da Área da Saúde. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior (1999). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192.